

A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DUQUE DE CAXIAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Janderson Nascimento de Moraes¹

Introdução

O projeto de militarização das escolas públicas brasileiras emergiu como uma das principais bandeiras políticas do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, consolidando-se por meio do Programa de Escolas Cívico-Militares (PECIM). Utilizando o aumento da violência escolar e o baixo rendimento acadêmico como recursos narrativos, diversos entes federativos passaram a transferir a gestão de unidades escolares, prioritariamente em regiões periféricas, para corporações militares. No município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, esse fenômeno ganha contornos específicos ao confrontar uma tradição local de defesa da pedagogia crítica e libertadora com a implementação de modelos autoritários e opressores, como o III Colégio da Polícia Militar.

As motivações para o desenvolvimento desta pesquisa residem na necessidade premente de investigar o desmonte da escola pública democrática, laica e plural frente à expansão de um modelo que promove a mercantilização da educação e o cerceamento da gestão democrática.

A análise desse cenário fundamenta-se na revisão de literatura marxista clássica, utilizando obras como *A Ideologia Alemã* (1846), *18 Brumário de Louis Bonaparte* (1852), *Manifesto Comunista* (1848) e o *Capital* (1867) para compreender a militarização não como um evento isolado, mas como o desdobramento de um pensamento social militar em constante readequação.

Sob a ótica de Frigotto (2017) e Leher (2023), tais políticas são interpretadas como parte da lógica de devastação da escola pública democrática, laica e plural, operando em favor de um projeto societário hegemônico e mercantilista. Esta pesquisa constitui-se como uma análise teórica-metodológica pautada no materialismo histórico-dialético, buscando apreender a essência do objeto a partir de suas múltiplas determinações sociais e históricas.

O objetivo deste trabalho é analisar a concepção das escolas cívico-militares durante o governo Bolsonaro, relacionando seus fundamentos pedagógicos aos pressupostos teóricos de Marx e Engels. Especificamente, pretende-se investigar a estrutura e a dinâmica dessas instituições no município de Duque de Caxias, identificando as categorias intelectuais que fomentam a militarização e seu impacto na realidade sociocultural da comunidade escolar.

Metodologia

A pesquisa fundamenta-se no método materialismo histórico-dialético, o qual permite apreender a essência do objeto de estudo por meio de suas múltiplas determinações e contradições sociais, superando a análise meramente especulativa de fenômenos isolados. O estudo possui

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FEBF-UERJ), Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: jandersonmangue@gmail.com.

natureza qualitativa e organiza-se por meio de pesquisa bibliográfica e documental, amparada por um levantamento de revisão da literatura sobre a militarização educacional. O aporte teórico-bibliográfico ancora-se em obras clássicas de Marx e Engels, como *A Ideologia Alemã*, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, *Manifesto Comunista* e *O Capital*. A análise documental compreende legislações, regimentos internos e disciplinares, projetos políticos-pedagógicos e portarias que instituíram o processo de militarização em Duque de Caxias. Complementarmente, utiliza-se a abordagem etnográfica para a pesquisa de campo no III Colégio da Polícia Militar, método que, segundo Mattos (2011), possibilita a imersão na realidade cotidiana e a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos aos processos escolares.

Resultados e Discussões

A análise dos dados obtidos revela que a ascensão das escolas cívico-militares no Brasil, especificamente no último decênio, é fruto de intensas disputas ideológicas e conflitos sociopolíticos. Em Duque de Caxias, a implementação desse modelo utiliza o recurso narrativo do baixo rendimento escolar e da violência para justificar a transferência da gestão pública para a esfera militar. Este processo evidencia o que Leher (2023) define como lógica da devastação, onde o projeto político-pedagógico autoritário atende aos interesses do incremento capitalista nas relações sociais em detrimento da função docente e da escola plural.

Um dos resultados centrais desta investigação é a distinção conceitual entre as escolas militares e as cívico-militares, interpretada através da categoria de repetição histórica de Marx. Conforme proposto em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, os fatos históricos tendem a encenar-se duas vezes: a primeira como tragédia e a segunda como farsa, demonstrada no quadro a seguir.

Quadro 1: Distinção conceitual segundo a análise dialética

Categoria	Descrição segundo a análise dialética
A Tragédia	Refere-se às escolas militares tradicionais, consolidadas na ditadura militar sob a doutrina de segurança nacional, visando alterar a cultura do povo pelo viés militar.
A Farsa	Refere-se às escolas cívico-militares do governo Bolsonaro, que expropriam o prestígio das instituições militares para promover a mercantilização e a privatização da educação pública.

Fonte: Elaborado pelo auto, com base na obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2011).

A expansão das escolas cívico-militares deve ser compreendida de forma articulada a outros projetos de caráter conservador, como o "Escola sem Partido" e a defesa do *homeschooling*, que compõem uma ofensiva ideológica contra a escola pública. Essa tríade busca desarticular a função social da educação, substituindo a pluralidade do pensamento crítico por um modelo de adestramento moral e ideológico. Conforme analisa Frigotto (2017, p. 17), o projeto Escola sem Partido funciona como uma "esfinge" que ameaça à democracia brasileira ao criminalizar o trabalho docente e interditar o debate sobre as desigualdades sociais. Ao promover a militarização em Duque de Caxias, o Estado utiliza a disciplina e a hierarquia para silenciar os conflitos inerentes à luta de classes, transformando o espaço educativo em um laboratório de obediência.

Assim, a convergência entre o controle disciplinar militar e a mordação ideológica proferida pelo Escola sem Partido reforça a lógica de devastação educacional, visando formar indivíduos submissos às exigências do capital e desprovidos de uma consciência de classe capaz de transformar a realidade.

A fundamentação teórica marxista permite compreender que o avanço desse modelo não é um fato isolado, mas uma expressão da luta de classes no campo educacional. Ao analisar a dinâmica social, Marx e Engels (2005, p. 40) afirmam que "A história de todas as sociedades até hoje é a história da luta de classes". Aplicando esse princípio ao contexto de Duque de Caxias, percebe-se que a militarização atua como um instrumento de dominação da elite hegemônica para silenciar as comunidades escolares, as bases sindicais e os movimentos sociais que historicamente defendem uma pedagogia libertadora no município.

Ademais, a análise da infraestrutura escolar sob o fetiche militar revela uma tentativa de consolidar um projeto de sociedade autocrático. Como Marx (2011, p. 25) observa em sua análise sobre o poder político, "a história se repete, primeiro como tragédia, depois como farsa". Essa farsa se materializa na escola cívico-militar ao tentar conferir aos militares o status de "salvadores da pátria" e gestores da moralidade pública, enquanto, na prática, promove-se o desmonte da escola democrática e plural assegurada pela Constituição Federal.

A materialidade dessa disputa de classes é evidenciada em casos recentes de resistência, como a suspensão do projeto do governador Romeu Zema em Minas Gerais, que pretendia militarizar 728 escolas públicas. A ação articulada entre Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU), Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SindUTE/MG) e o Laboratório de Geografia e Educação Popular da UFU (LAGE-POP), juntamente com as comunidades escolares diretamente afetadas, demonstra que a organização popular é capaz de frear o avanço do ideário neofascista na educação.

Tais experiências de luta consolidam a compreensão de que o processo educativo é vigoroso e intenso quando mediado pela práxis, conforme ensina Paulo Freire (apud Santos, 2024, p. 23), reafirmando que a educação se manifesta ao longo da vida como um ato de liberdade e resistência.

A relevância deste trabalho reside, portanto, em desvelar como essa estrutura pedagógica serve para manter as relações de opressão, substituindo o pensamento crítico pelo adestramento e pela coação. Os dados, a partir do trabalho de Santos (2020), demonstram que essas instituições violam preceitos da Constituição de 1988, como a igualdade de condições e a liberdade de aprender.

Identificam-se possíveis limitações na pesquisa, como a predominância de estudos nas regiões Centro-Oeste, Sul, e com adesão potencial no Nordeste, na bibliografia atual, o que dificulta uma visão local imediata da política de militarização em Duque de Caxias.

Por fim, os resultados destacam que a educação permanece como campo de disputa. A resistência ativa de movimentos sindicais e estudantes contra a militarização, como observado em casos recentes, reafirma a necessidade de uma práxis fundamentada na relação entre teoria e ação social para a manutenção da escola pública laica e gratuita.

Conclusões

O trabalho sugere uma proposta teórico-metodológica para a pesquisa em educação fundamentada na relação dialética entre teoria e prática social. Esta abordagem oferece subsídios científicos para a investigação de fenômenos complexos, como a militarização escolar, a partir da totalidade histórica.

A proposta dialoga diretamente com os estudos na graduação em Pedagogia ao fortalecer a análise crítica das políticas educacionais contemporâneas. O referencial marxista instrumentaliza o futuro pedagogo para identificar as contradições entre o discurso institucional e a realidade das relações de produção no ambiente escolar.

A educação e o marxismo estabelecem um diálogo necessário para a compreensão da escola como espaço de disputa de classes. Esta articulação teórica revela que o modelo cívico-militar em Duque de Caxias atua como um instrumento de dominação que cerceia a autonomia pedagógica e a gestão democrática.

O programa de militarização configura-se como uma farsa histórica que expropria o prestígio militar para fins de mercantilização do ensino público. Tal estrutura viola preceitos constitucionais fundamentais, substituindo o pensamento crítico pelo adestramento e pela coação dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

A resistência coletiva de docentes, estudantes e movimentos sindicais confirma a escola como território de luta por emancipação. A práxis pedagógica crítica reafirma a necessidade de defesa de uma educação pública laica, plural e desvinculada de modelos autocráticos de controle social.

Palavras-Chaves: Militarização; Educação Pública; Materialismo Histórico-Dialético; Marxismo; Duque de Caxias.

Referências Bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FRIGOTTO, G. **Escola "Sem Partido" - Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LLP/UERJ, 2017.

LEHER, R.; SANTOS, M. R. S. dos. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. In: LEHER (Org). **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 9-42.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83.

SANTOS, E. J. F. dos. **Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SANTOS, L. de A. Centenário de nascimento do patrono da educação brasileira - Sob a copa da árvore: Pensamento Social e Educacional de Paulo Freire. In: SANTOS (Org). **Libertação e Luta**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2024. p. 20-44.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Pós-Graduação